

11/11/2025



098

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

**NÃO VAMOS
ACEITAR
A NOVA
REORGANIZAÇÃO
ESCOLAR!**

Secretaria de Comunicação

Estamos em luta para defender nossas escolas. Vamos buscar unidade com estudantes, pais, funcionários, demais segmentos sociais.

Solicitamos que as subsedes informem com urgência urgentíssima todas as escolas de suas regiões que estão cotadas pelo governo para sofrerem divisão ou fusão. Enviar informações para rocha@apeoesp.org.br.

ORIENTAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA LIMINAR PARA REINTEGRAÇÃO DE PROFESSORES QUE UTILIZARAM FALTA MÉDICA LICENÇA-SAÚDE

Alguns professores e algumas professoras têm procurado a APEOESP para comunicar descumprimento da liminar conquistada pelo nosso Sindicato, obrigando a reintegração de docentes a salas de leitura e PROATI, bem como recomposição de suas jornadas e cargas horárias.

Além de comunicar os casos pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br, os docentes devem protocolar na Diretoria de Ensino um dos requerimentos abaixo, que voltamos a reproduzir neste Boletim, conforme o caso, e seguir as instruções.

As relações de casos informados foram remetidas à SEDUC e temos feito pressão para que sejam resolvidos.

REQUERIMENTOS

O requerimento administrativo (um dos modelos em anexo) deverá ser protocolado em 2 vias. Importante anexar cópia da liminar e da decisão que concedeu os efeitos retroativos (veja Boletim APEOESP Informa Urgente 92 no site do Sindicato).

Após o protocolo, comparecer ao Jurídico da Subsede correspondente, levando cópia do requerimento para que sejam adotadas medidas judiciais necessárias à reintegração funcional e à recomposição de aulas e jornadas.

Anexos

MODELO 1

Ilmo. Sr. Diretor da Escola _____ (Qualificação completa), professor da categoria O dessa unidade escolar, dispensado da sala de leitura e dispensado pelo encerramento de seu contrato, face à medida liminar obtida em sede de ação civil pública promovida nos autos do processo 1107698-15.2025.8.26.0053 (cópia anexa), à qual foi concedida efeito retroativo de 120 dias (decisão em anexo), vem requerer a anulação da extinção de seu contrato e reintegração à sala de leitura em questão.

Termosem que,

Pede deferimento.

Local, data// _____

Assinatura

MODELO 2

Ilmo. Sr. Diretor da Escola _____ (Qualificação completa), professor dessa unidade escolar, dispensado da sala de leitura, face à medida liminar obtida em sede de ação civil pública promovida nos autos do processo

1107698-15.2025.8.26.0053 (cópia anexa), à qual foi concedida efeito retroativo de 120 dias (decisão em anexo), vem requerer sua reintegração à sala de leitura em questão.

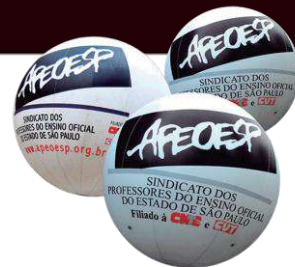
Termosem que,

Pede deferimento.

Local, data// _____

Assinatura.

Não vamos aceitar uma nova “reorganização escolar”!



Governo Tarcísio pressiona escolas da periferia a acatar divisão e fechamento de escolas a pretexto de criação de “novas unidades”

Há dez anos, em 2015, após a segunda mais longa greve da rede estadual de ensino, a APEOESP iniciou um movimento unitário com estudantes, pais e movimentos sociais, que derrotou a tentativa autoritária do governo estadual de então de dividir 749 escolas e fechar outras 92 unidades escolares.

Sob a liderança da então presidenta da APEOESP, Professora Bebel, denunciemos o projeto e organizamos o Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, que reuniu dezenas de entidades e movimentos. Em outubro, realizamos uma grande caminhada no centro de São Paulo, reunindo milhares de estudantes, professores e lideranças de movimentos sociais. Denunciemos a lista das escolas que seriam fechadas, amplificando a resistência na sociedade.

Em 9 de novembro de 2015, a Escola Estadual Diadema foi ocupada por estudantes, com apoio da APEOESP e movimentos sociais. Teve início um amplo processo de ocupação de 226 escolas, com apoio das subsedes da APEOESP, dos professores, funcionários, centrais sindicais, movimentos e outros segmentos sociais. Houve forte repressão policial. O movimento levou ao cancelamento do projeto em dezembro de 2015 e à exoneração do secretário da Educação.

Agora, o governo de Tarcísio de Freitas e Renato Feder retoma a ideia de “reorganização”, sob novo formato, de forma autoritária e sem diálogo com a APEOESP, demais entidades, comunidade escolar e com a sociedade.

A chamada “Estratégia para grandes escolas” pretende dividir, fundir e fechar escolas na periferia. Mais uma vez, um projeto discutido clandestinamente nos gabinetes da SEDUC, que vai impactar a vida de milhares de estudantes, suas famílias, e professores/as é imposto a toque de caixa, sem ouvir aqueles que trabalham e estudam nas escolas.

Há muito vimos apontando medidas que podem melhorar a aprendizagem dos estudantes e a gestão escolar, como a redução do número de estudantes em sala de aula, o fortalecimento da participação da comunidade por meio dos Conselhos de Escola, melhoria das condições de infraestrutura (laboratórios, bibliotecas, quadras cobertas, auditórios/teatros), além do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais e fim da plataformação. Porém, o governo Tarcísio corta R\$ 11 bilhões da Educação e tenta impor militarização, privatização e outros projetos autoritários.

Exigimos a suspensão deste projeto e que seja aberto um processo de debates sobre políticas educacionais e soluções estruturais que verdadeiramente melhorem a qualidade da Educação na rede estadual de ensino. Vamos nos mobilizar junto com demais entidades, estudantes e movimentos sociais para que todas as comunidades rejeitem este projeto autoritário!

Diretoria da APEOESP